



CNJ reduz pressão sobre tribunais e juízes em metas para 2011

Todo ano, o Conselho Nacional de Justiça se reúne com os presidentes dos Tribunais de Justiça para identificar as necessidades do Poder Judiciário e estabelecer metas com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional. Assim como as necessidades são diferentes com o passar do tempo, as metas estipuladas se renovam. Elas são definidas visando uma uniformização do planejamento estratégico dos tribunais.

Para 2011, o CNJ adotou novos rumos e reduziu a pressão sobre os tribunais e a magistratura. As metas estatísticas fizeram-se menos inalcançáveis. O juiz auxiliar da presidência do CNJ, **Antonio Carlos Alves Braga Junior**, explica que o alcance das metas ficou em aberto para abranger as diferenças regionais.

O presidente do Conselho, ministro Cezar Peluso, costuma dizer que a corte não foi criada para substituir as corregedorias dos tribunais, inclusive, na apuração de irregularidades cometidas pelos juízes que os integram (do que discorda a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon).

Até a definição dos objetivos para 2011, por exemplo, as metas que tratavam de celeridade determinavam o julgamento de um conjunto de processos específicos. Foi o caso da Meta 2 de 2009, que previa o julgamento até o final daquele ano de todos os processos distribuídos até dezembro de 2005. Também a Meta 3 de 2010 estabelecia um objetivo determinado e mensurável: a redução em pelo menos 10% do acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais.

As [metas](#) para 2011 têm um formato diferente. Aquela que trata da celeridade é a única que pode ser medida objetivamente: julgar durante o ano um número de processos maior que o número de ações que deram entrada no tribunal ou naquela vara, mais uma parte do acervo.

Divididas em dois blocos, o primeiro deles estabelece metas para a Justiça como um todo: Conciliação e Gestão, Modernização, Celeridade e Responsabilidade Social. Já as Metas Específicas preveem objetivos a serem alcançados por cada segmento da Justiça.

A mudança de rumos do CNJ, conforme explica o juiz Braga Junior, não exclui o acompanhamento de metas que não foram incluídas nos objetivos nacionais do próximo ano. Segundo ele, as metas dos anos anteriores continuam sendo monitoradas pelo CNJ. "O cumprimento das metas de 2009 e 2010 continuarão sendo cobradas. Como são diferentes, não podem ser comparadas com as de 2011", destaca. Ele acrescenta que o desempenho do Judiciário no próximo ano será publicado no site do CNJ, assim como nos anos anteriores.

O juiz esclarece que as metas para 2011 têm como objetivo serem facilmente gravadas pelos operadores da Justiça. "Nesse aspecto, as novas metas têm um aspecto de comunicação com a sociedade para que todos tenham na memória os objetivos nacionais, que também tem um acompanhamento maior da mídia", diz. "Os tribunais têm muito mais metas do que apenas essas, que são mais abrangentes", ressalta.



A meta que trata de Conciliação e Gestão objetiva a criação de unidades de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica. Segundo Braga Junior, deve ser um órgão da administração no qual se concentrem informações sobre todos os projetos do tribunal. "Seria função do gerenciamento de projetos criar e alimentar com informações um grande quadro, visível a todos na organização, onde se concentram as informações sobre os projetos e etapas de sua execução, sem a necessidade de infinitas reuniões de equipe", observa.

A Modernização da Justiça está descrita na Meta 2, com a previsão de se "implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau". A diferença desta para a meta prevista para 2010 sobre informatização reside no seu alcance. O acordo anterior previa a informatização da Justiça como um todo.

A Responsabilidade Social, prevista na Meta 4, vai implantar ao menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Cumprimento das metas

O relatório divulgado pelo CNJ do Cumprimento das Metas de 2010 foi feito de acordo com os parâmetros antigos, separando os resultados nas dez metas. É possível verificar a média nacional e ainda os números de cada tribunal. A pesquisa mostra as informações da Justiça Estadual, Federal, Militar, Eleitoral e Trabalhista.

De acordo com o [relatório](#) de cumprimento de metas do CNJ, a Meta 1 — que estipula que os tribunais deveriam julgar quantidade igual a de processos distribuídos em 2010 mais uma parcela do estoque — foi atingida apenas pelos Tribunais Superiores e a Justiça Eleitoral, diferentemente do índice divulgado pelo Conselho. A maior parte dos tribunais, em todas as esferas do Judiciário, chegou perto de julgar o mesmo número de ações novas distribuídas durante o ano. No entanto, a Meta 1 previa também o julgamento de uma parte do acervo de processos.

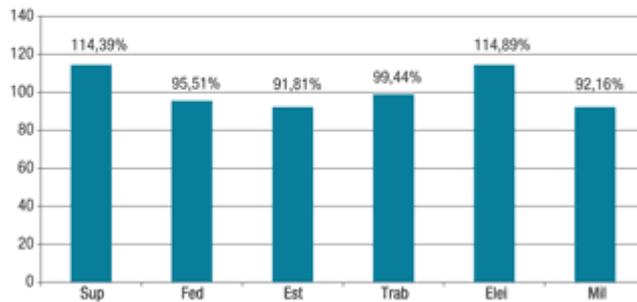
Os índices divulgados pelo CNJ (*conforme a tabela abaixo*) tratam apenas do julgamento do mesmo número de ações distribuídas, sem levar em conta a "parcela do estoque". Nos Tribunais Regionais Federais, por exemplo, foram distribuídas 2.327.812 ações. No entanto, os desembargadores deram conta de 2.247.956. Isto é, não conseguiram julgar o mesmo número que entrou e nem uma parte do estoque. Mesmo assim, o índice de cumprimento da meta divulgado pelo CNJ é de 95,51%.

CNJ



Meta Prioritária 1

Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal

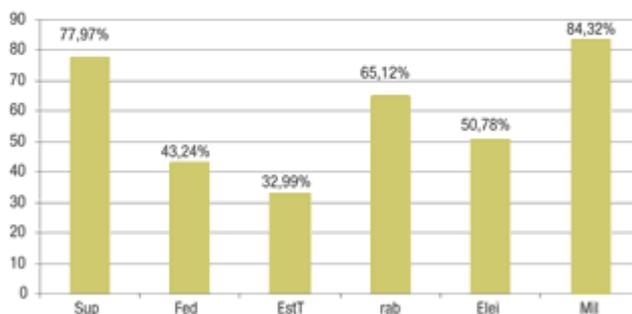


Segundo os dados, a Meta 2, que prevê o julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, os processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007, a média nacional é baixa, 37% apenas. A Justiça Militar foi a que conseguiu o melhor número, com 84% contra 32% da Justiça Estadual.

O número pode ser considerado ainda mais baixo se comparado com o ano anterior. Em 2009, a Meta 2 previa a identificação dos processos mais antigos e adoção de medidas concretas para o julgamento de todas as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2005, incluindo 1º, 2º grau e tribunais superiores. Mas, a meta de 2010 considerou apenas os processos de 2006. E os 4,4 milhões de processos pendentes de 2006...

Meta Prioritária 2

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007



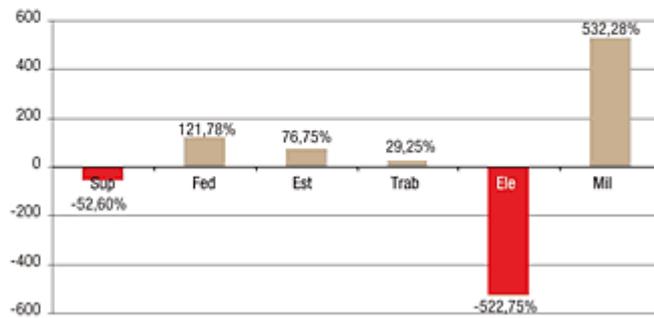
Sobre a tentativa de reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais a média é boa para processos de natureza não fiscal (94%) e baixa para os fiscais (44%). Apesar de a média nacional apontar 69% de cumprimento, poucos tribunais atingiram a meta. Outros, além de não conseguir reduzir o acervo, ficaram negativos.

CNJ



Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009)

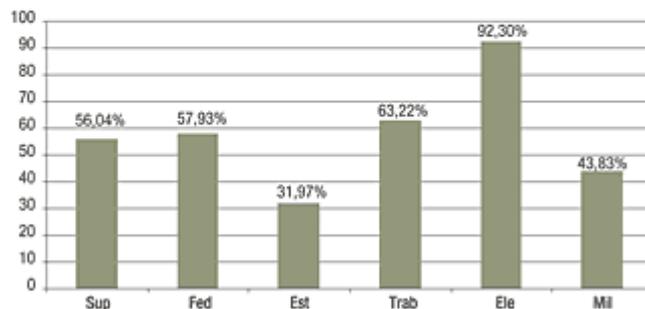
Não Fiscal e Fiscal



A meta que previa lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento tem um número alto na Justiça Eleitoral, com 92%, mas baixo na Justiça Estadual, 31%. Neste caso, a média nacional é de 45,92%.

Meta Prioritária 4

Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento



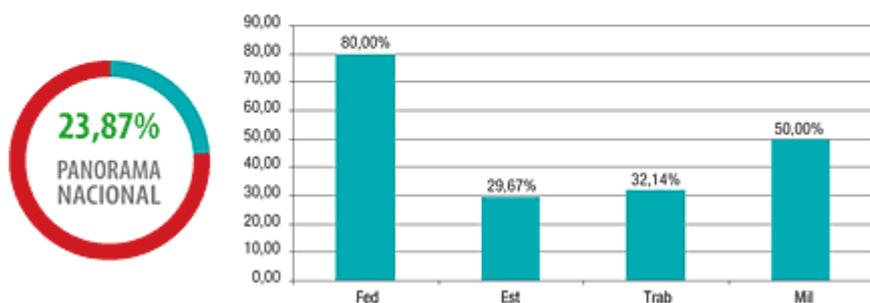
Uma das porcentagens mais baixas fica com a meta que pretende implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau. Apenas 23% dos tribunais do país conseguiram. A Justiça Federal alcançou a meta, e garantiu 80%. E a Justiça Estadual, não chegou a 30%.

CNJ



Meta Prioritária 5

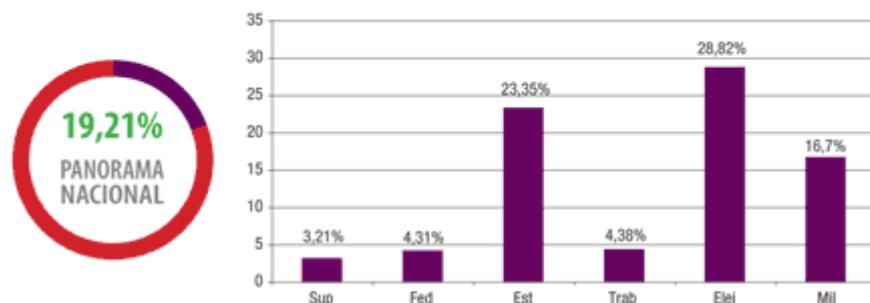
Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau



O pior número ficou para a tentativa de reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível. A média nacional não alcança 20%. A Justiça Eleitoral foi a que melhor se colocou, com 28%, e contra 4% da

Meta Prioritária 6

Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009)



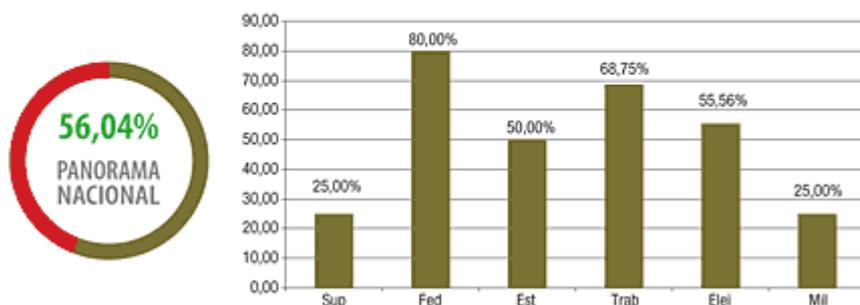
Uma das metas que apresentou os melhores números trata da publicação da produtividade de magistrados. A Justiça Federal chega a 80%. E a média do país fica em 56%.

CNJ



Meta Prioritária 7

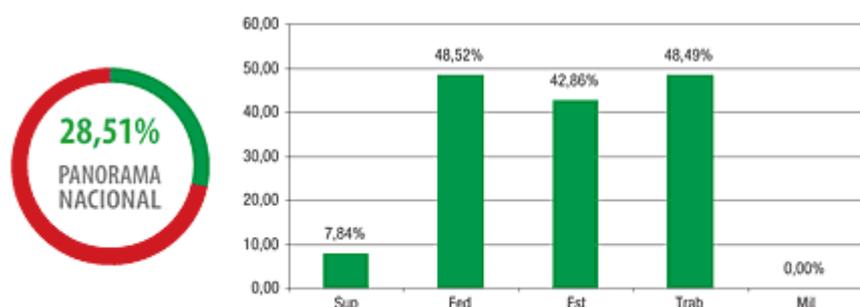
Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência



E o aperfeiçoamento dos magistrados apresenta baixa adesão pelo país, apenas 28%. Os que apontam o

Meta Prioritária 8

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância

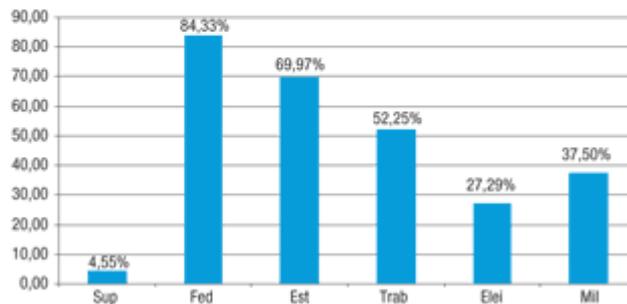


A meta que prevê ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior alcançaram metade dos tribunais. Porém, a média esconde a distância que existe entre a Justiça federal com 84% e a Eleitoral com 27%.

CNJ



Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior



Confira as metas para 2011:

Metas Nacionais do Judiciário para 2011

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Metas por Segmento de Justiça

Justiça Trabalhista

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

Justiça Eleitoral

Meta 6. Disponibilizar nos sites dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) até dezembro de 2011 o sistema de planejamento integrado das eleições.

Meta 7. Implantar e divulgar a “carta de serviços” da Justiça Eleitoral em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau (Zonas Eleitorais) em 2011.

Justiça Militar

Meta 8. Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando a implementação do processo administrativo eletrônico.



Justiça Federal

Meta 9. Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

Date Created

31/12/2010